

IMAGENS DA ÁFRICA ORIENTAL NA ÉPOCA DA ILUSTRAÇÃO: AS COLECÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL DO GOVERNADOR DOS RIOS DE SENA ANTÓNIO DE MELO E CASTRO (1780-1786)

EUGÉNIA RODRIGUES*

Introdução

Radizando em grelhas de leitura mais antigas, as imagens construídas no Século das Luzes contribuíram bastante para a difusão da ideia de inferioridade dos africanos, geralmente colocados na escala mais baixa das hierarquias dos povos então arquitectadas. Essas representações foram amplamente divulgadas, e em alguma medida fabricadas, a partir de compilações de narrativas ou dicionários, que ao reescreverem relatos de viagem do século XVIII e anteriores, elidiram o olhar antropológico muitas vezes presente nesses textos e fixaram estereótipos negativos¹. Entretanto, importa salientar que, conquanto essa depreciação predominasse entre os pensadores do século, não existia uma representação uníssona dos africanos no pensamento europeu das Luzes. Como foi sublinhado por diversos estudos, no quadro do Iluminismo conviveram autores

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Este texto integra documentos transcritos por Maria Paula Pereira Bastião no âmbito da Bolsa de Integração na Investigação *Representar e Agir. Moçambique e os Portugueses no Antigo Regime*, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, concurso 2008, ref.^a IICT – DCH 1.2. Agradeço à Maria Bastião a dedicação posta neste trabalho.

¹ Anne-Marie MERCIER-FAIVRE, “La danse du Hottentot: généalogie d’un desastre (ou Kolbe réécrit par l’Encyclopédie, Prévost, Diderot et se que s’en suivit)”, in S. MOUSSA (org.), *L’idée de « race » dans les sciences humaines et la littérature (XVIIIe-XIXe siècles)*, Paris, L’Harmattan, 2003, p. 85.

com perspectivas divergentes, por vezes contraditórias e até vozes que viam a humanidade como uma unidade com diferenças remetidas para causas diversas. No entanto, mesmo as imagens mais benignas que sustentavam a ideia do “bom selvagem” constituem clichés derivados de um eurocentrismo paternalista².

A expressão multifacetada das ideias da Ilustração nos territórios dos impérios europeus, em resultado de reelaborações dos actores coloniais, tem sido igualmente evidenciada em distintas áreas³. De igual modo, tem-se salientado a pertinência de distinguir o olhar dos europeus sobre os territórios ultramarinos e aquele dos que eram oriundos do império⁴. No caso de Moçambique, José Roberto Portella examinou já a diversidade e complexidade do imaginário ilustrado sobre África presente num conjunto de actores coloniais que viveram na região na segunda metade do século XVIII⁵.

O objectivo que se propõe aqui é analisar a representação dos africanos e da África Oriental partindo das colecções de História Natural e dos textos endereçados a Lisboa por António de Melo e Castro, que exerceu o cargo de governador dos Rios de Sena (1780-1786), a região do vale do Zambeze, na capitania de Moçambique. Integrando a elite colonial de Goa, António de Melo

² Ver, por exemplo, Michèle DUCHET, *Anthropologie et Histoire au siècle des Lumières*, Paris, Albin Michel, 1995; Emmanuel C. EZE, *Race and the Enlightenment*, London, Blackwell, 1997; S. MOUSSA (org.), *L'idée...*, cit. : Sankar Muthu, entre outros, teoriza mesmo sobre um iluminismo anti-imperialista. Sankar MUTHU, *Enlightenment against empire*, Princeton, Princeton University Press, 2003. Sobre a ideia de África e dos africanos, ver também Philip CURTIN, *The Image of Africa : British Ideas and Actions, 1780-1850*, London, MacMillan, 1965; William B. COHEN, *Français et africains. Les Noirs dans le regard des Blancs 1530-1880*, Paris, Éditions Gallimard, 1981; Michel BANTON, *Racial theories*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

³ Ver, por exemplo, Michèle DUCHET, *Anthropologie...*, cit.; Catarina Madeira SANTOS, “De “antigos conquistadores” a “angolenses”. A elite cultural de Luanda no contexto da cultura das Luzes entre lugares de memória e conhecimento científico”, in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 24, II Série (2007), pp. 195-222; Daniela BLEICHMAR, Paula de VOS, Kristin HUFFINE e Kevin SHEEHAN (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009.

⁴ Essa distinção foi enfatizada, no caso dos cientistas oriundos da América portuguesa que actuaram no império português nos finais do século XVIII, por M. R. M. Pereira e Ana L. R. Cruz, que questionam a interpretação dos relatos de viagem apenas assente numa visão imperial de, por exemplo, Mary Louise Pratt. Magnus Roberto de Mello PEREIRA e Ana Lúcia Rocha CRUZ, “A história de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na historiografia brasileira”, in João FRAGOSO, Manolo FLORENTINO, Antônio Carlos JUCÁ e Adriana CAMPOS (org.), *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória e Lisboa, EDUFES e IICT, 2006, pp. 357-390; Mary Louise PRATT, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

⁵ José Braga PORTELLA, *Descrições, Memórias, Notícias e Relações. Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII*, Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná, 2006.

e Castro não esteve no centro dos debates europeus sobre África e os africanos. Procura-se, então, analisar as imagens produzidas por um actor e autor que operando com as categorias mentais europeias era ele próprio oriundo do império português. Os escritos que constituem objecto deste capítulo, entre os muitos que ele escreveu, são tributários da extensa produção discursiva do movimento de História Natural, de que os relatos de viagem constituíram a produção mais marcante⁶. Registos escritos e objectos respondiam às demandas da coroa portuguesa para construir um conhecimento sistemático dos territórios e dos povos do império, mas transportavam juntamente uma representação do espaço africano e das suas populações. As relações elaboradas por António de Melo e Castro sobre os Rios de Sena denotam leituras advindas de ideias da Ilustração, mas também percepções construídas a partir da sua experiência no contexto africano. Os estudos sobre a alteridade, e nomeadamente sobre as representações de povos do Novo Mundo, têm-se voltado para a análise do confronto entre as grelhas conceptuais apriorísticas e as experiências múltiplas e diversificadas dos autores que encontraram o outro no seu próprio contexto cultural⁷.

Este texto divide-se em duas partes. A primeira explora a trajectória de António de Melo e Castro, no sentido de o situar como actor e autor colonial no contexto da Ilustração. A segunda tenta desvendar a representação de África e dos africanos emergente nos seus escritos e colecções de História Natural, incidindo em duas dimensões, a do conhecimento de uma realidade socio-cultural e a dos julgamentos projectados sobre o outro.

António de Melo e Castro: do degredo ao governo do império

António Manuel de Melo e Castro integrou a elite colonial do império português, a do Estado da Índia, não obstante os seus laços familiares com a principal nobreza do reino. Nascido em Goa, cerca de 1740, foi o terceiro filho de Francisco de Melo e Castro, por sua vez, filho natural do 4º conde das Galveias, André de Melo e Castro. Tal como outros filhos naturais da nobreza portuguesa, Francisco procurara no Estado da Índia os meios de assegurar uma reprodução social que provavelmente não encontrava no reino. Tendo embarcado em 1718, desempenhou vários cargos, entre os quais, na África Oriental, o de tenente-general e governador dos Rios de Sena (1740-1745) e o de governador e capitão-general de Moçambique (1750-1758). Foi durante o seu governo, em 1752, que a capitania deixou de integrar o Estado da Índia e transitou para a dependência

⁶ Mary Louise PRATT, *Os olhos...*, cit., p. 69.

⁷ Ver, por exemplo, Michèle DUCHET, *Anthropologie...*, cit., *maxime*, p. 131. Anthony PADGEN, *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*, New Haven, Yale University Press, 1993, *maxime*, p. 10; Robert SAYBE, *La modernité et son Autre. Récits de la rencontre avec l'indien en Amérique du Nord au XVIII siècle*, Bécherel, Les Perséides, 2008, pp. 20-28.

directa de Lisboa. No Oriente, Francisco aliou-se a uma das mais importantes famílias de Damão ao consorciar-se com D. Maria Antónia Alves Pereira de Lacerda⁸. Dada a importância da família da noiva, esse casamento constituiu um meio de alcançar a sua inserção na sociedade do Estado da Índia.

O percurso de António de Melo e Castro foi, em diversos aspectos, semelhante ao do seu progenitor. Cavaleiro fidalgo da Casa Real, desde 1749, ingressou na armada do Estado da Índia, onde atingiu o posto de capitão-de-mar-e-guerra e se distinguiu nos recontros marítimos com os maratas, outrora combatidos em terra pelo seu pai⁹. Tais serviços prestados à coroa foram remunerados, em 1762, com o hábito de Cristo e uma tença de 12 mil reis¹⁰. Esta trajetória social foi abruptamente interrompida na sequência da contenda que o opôs ao governador e capitão-general do Estado da Índia, D. João José de Melo, tal como ele um membro da nobreza goesa¹¹. Com efeito, tendo perdido grande parte dos bens no naufrágio, em 1767, da nau que comandava, a N^a S^a da Conceição, ele pediu escusa de alimentar a guarnição, uma obrigação dos capitães das embarcações. Essa mercê fora concedida a outros capitães, mas declinada, por razões ainda pouco claras, a António de Melo e Castro, que contestou a decisão. Em 1769, ele foi acusado de “sedicioso, e desobediente às ordens regias” e o libelo enviado para Lisboa, onde a administração pombalina escorou a posição do governo da Índia. Um bando do capitão-general, publicado em Goa em 7 de Novembro de 1770, despojou António de Melo e Castro do posto que ocupava, desautorizou-o do foro de nobreza, inabilitou-o para o

⁸ Ela era filha de António Coelho da Costa e de D. Mariana Luísa Álvares Pereira de Lacerda. Sobre Francisco de Melo e Castro, ver Eugénia RODRIGUES, “Castro, Francisco Manuel de Melo e”, in João Paulo de Oliveira e COSTA (dir.), *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, [Consult. 15 de Junho de 2010] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=897&lang=pt>; Jorge FORJAZ e José Francisco de NORONHA, *Os luso-descendentes da Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2003, vol. II, p. 620. Sobre D. Maria Antónia Pereira de Lacerda, ver Jorge FORJAZ e José Francisco de NORONHA, *Os luso-descendentes...*, cit., vol. I, p. 481.

⁹ Fé de ofícios de António Manuel de Melo e Castro, 22 de Novembro de 1760, Torre do Tombo (doravante, TT), Min. Reino, mç. 316, cx. 423. Sobre a sua carreira militar, ver Eugénia RODRIGUES, “Castro, António Manuel de Melo e”, in João Paulo de Oliveira e COSTA (dir.), *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, [Consult. 15 de Junho de 2010] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=957&lang=pt>.

¹⁰ Despacho régio sobre Consulta do Conselho Ultramarino, 23 de Abril de 1762, TT, Min. Reino, mç. 316, cx. 423.

¹¹ D. João José de Melo, filho de D. Cristóvão de Melo e D. Pascoela Lucrécia de Mendonça, nasceu em Goa em 1708. Entre os vários cargos que ocupou, destaquem-se o de vedor da Fazenda e o de membro do Conselho de Governo (1765-1768) que sucedeu ao vice-rei conde da Ega. Nomeado governador e capitão-general do Estado da Índia por carta régia de 14 de Abril de 1767, exerceu o cargo desde Março de 1768 até à sua morte, em Fevereiro de 1774. Jorge FORJAZ e José Francisco de NORONHA, *Os luso-descendentes...*, cit., vol. II, p. 577-578.

serviço real e condenou-o ao degredo para Angola com pena de morte se de lá se ausentasse¹².

António de Melo e Castro chegou a Angola cerca de 1772, numa altura em que vários membros da nobreza do reino se encontravam aí desterrados¹³. Pouco se conhece sobre a sua vida na costa ocidental de África. Instalou-se em Luanda, na freguesia da Sé, e certamente vivia aí de acordo com o seu estatuto social, sabendo-se que possuía vários escravos ao seu serviço¹⁴. Em Angola, foi notado como “muito bom official da sua profiçãõ” e de “excellente conduta”¹⁵, uma opinião que corroborava as já expendidas em Goa, quando fora acusado de sedição¹⁶. Relacionou-se, seguramente, com as principais famílias da elite luandense, entre as quais os Queirós Coutinho. Da união com uma das jovens da casa de D. Beatriz de Queirós Coutinho, Isabel Ventura, teve um filho natural, baptizado com o seu nome e cuja educação ficou a cargo dessa família¹⁷.

No novo contexto político do reinado de D. Maria I, e já após a morte de D. João José de Melo, António de Melo e Castro foi reabilitado, com o fundamento de que sempre servira com honra e fidelidade e a culpa de desobediência fora maliciosamente engendrada. Após quase sete anos de proscricção, um alvará régio, de 15 de Março de 1779, livrou-o do degredo, restituiu-lhe o posto de capitão-de-mar-e-guerra e demais honras e devolveu-lhe os vencimentos perdidos¹⁸. Apenas três dias depois, António de Melo e Castro foi nomeado tenente-general e governador dos Rios de Sena¹⁹. Neste processo, em que interveio o seu parente

¹² Bando do governador-geral do Estado da Índia D. João José de Melo, de 7 de Novembro de 1770, Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), Índia, cx. 210.

¹³ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 16 de Agosto de 1779, AHU, Moç., cx. 32, doc. 85. Sobre a presença de nobres degredados em Angola, ver José de Almeida SANTOS, *Luanda d'outros tempos*, Luanda, s/d, p. 75.

¹⁴ Numa relação dos escravos de Luanda capazes de pegar em armas, António de Melo e Castro era dado como possuindo três, detendo certamente outros incapazes para esse serviço. “Mappa das pessoas que rezidem nesta Cidade de São Paulo de Assumpção Reino de Angola nas quaes se não comprehendem Mellitares”, 31 de Março de 1773, AHU, Angola, cx. 57, doc. 34.

¹⁵ Carta do governador-geral de Angola António de Lencastre para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 31 de Março de 1773, AHU, Angola, cx. 57, doc. 37-A.

¹⁶ Ver várias atestações em AHU, Índia, cx. 210.

¹⁷ Jorge FORJAZ e José Francisco de NORONHA, *Os luso-descendentes...*, cit., vol. II, pp. 620-621.

¹⁸ Pelo mesmo diploma, a coroa determinou que o bando que o proscivera fosse riscado de todos os livros. Carta régia para o governador-geral do Estado da Índia D. Frederico Guilherme de Sousa, 15 de Março de 1779, Biblioteca Nacional de Portugal (doravante, BNP), Reservados, Colecção Pombalina, cód. 461, fls. 318-319. Em Goa, o governador-geral D. Frederico Guilherme de Sousa assegurou ter sido apagado esse registo, pondo em lugar dele a “regia determinação”. Carta do governador-geral do Estado da Índia Frederico Guilherme de Sousa para o o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 1 de Janeiro de 1780, AHU, Índia, cx. 352.

¹⁹ Alvará régio, 18 de Março de 1779, AHU, Moç., cx. 32, doc. 76.

e secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, terá sido relevante o funcionamento de redes familiares de carácter clientelar²⁰. Já na África Oriental, António de Melo e Castro agradeceu ao secretário de Estado o papel desempenhado na sua reabilitação, exprimindo a dívida pelos “muitos, e grandes favores”, que recebera dele e pelos que ainda esperava da “sua poderosa proteção”²¹. Aparentemente, durante uma breve passagem por Lisboa, ele teve oportunidade de contactar o secretário de Estado, que o instruiu sobre diversas matérias do governo que ia assumir²². A escolha de António de Melo e Castro para o governo dos Rios de Sena (1780-1786), como a sua posterior ascensão ao cargo de governador-geral de Moçambique (1786-1793), constitui, assim, uma das excepções à tendência, assinalada para o século XVIII, de excluir os naturais dos domínios ultramarinos a favor dos reinóis na nomeação para o governo das capitânias do império²³. Na verdade, António de Melo e Castro não era natural de Moçambique, mas era oriundo do Estado da Índia, em cuja administração aquela capitania estivera integrada até 1752 e que, entre outros vínculos, continuava a fornecer-lhe funcionários para diversos cargos subalternos.

No Rios de Sena, António de Melo e Castro mostrou-se voluntarista e disposto a intervir em todos campos da administração. A sua extensa produção discursiva atendia a demandas da corte, particularmente do secretário de Estado, ou a solicitações do governo-geral de Moçambique, mas procedia principalmente da sua própria iniciativa, por vezes, reelaborando anteriores ordens da administração do reino ou da capitania. Tais missivas resultavam de uma minuciosa recolha de

²⁰ Martinho de Melo e Castro era filho de Francisco de Melo e Castro, da família dos Castros de Melgaço, tronco das casas dos condes de Galveias e Resende. Apesar do parentesco afastado, António de Melo e Castro tratava o secretário por tio, como era comum na sociedade do Antigo Regime. Note-se que, sucedendo ao irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em Janeiro de 1770, a nomeação de Martinho de Melo e Castro, então ministro em Londres, terá sido uma escolha do monarca e não de Sebastião de Carvalho e Melo. Sobre essa nomeação, ver Nuno Gonçalves MONTEIRO, *D. José, s/l*, Círculo de Leitores, 2006, pp. 217-219.

²¹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 16 de Agosto de 1779, AHU, Moç., cx. 32, doc. 85.

²² Tal é sugerido pela carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 3 de Julho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 47.

²³ Sobre os limites impostos progressivamente à ascensão das elites locais ao governo das Conquistas e o preenchimento dos cargos por reinóis, ver Nuno Gonçalves MONTEIRO, “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”, in Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI, *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*, S. Paulo, Alameda, 2005, pp. 93-115; Mafalda Soares da CUNHA e Nuno Gonçalves F. MONTEIRO “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, in Nuno G. F. MONTEIRO, Pedro CARDIM e Mafalda Soares da CUNHA (org.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 191-252.

informações e constituíam memórias sobre a região, geralmente elaboradas com o intuito de sugerir reformas à secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos. Essas propostas, “materiais de uma política”, inserem-no na categoria de “administradores-filósofos”, usada por Michèle Duchet²⁴.

É notório que, através da acção governativa, ele pretendia igualmente desfazer a imagem de sedicioso e degredado gravada no seu percurso. Com esse intuito, distribuiu, aliás, exemplares impressos da carta régia da sua “restituição”, que ele associou à reabilitação de outros banidos do pombalismo²⁵. Mas, através de um bom desempenho do cargo estava também em causa o fito de atingir as mercês régias que previsivelmente remunerariam os seus serviços e garantiriam uma trajectória social ascendente. Neste processo, Martinho de Melo e Castro surgia como principal interlocutor e patrono, tanto pelo papel que tivera no seu livramento e nomeação para o governo dos Rios de Sena, como pelas funções que exercia na administração dos domínios ultramarinos. As expectativas colocadas por Melo e Castro no papel do secretário de Estado como mediador entre ele e a coroa parecem explicar as inúmeras cartas que lhe endereçou e o seu cuidado em que fossem recebidas²⁶.

Embora a correspondência de António de Melo e Castro denote a integração de ideias das Luzes, é, por ora, inexequível traçar o itinerário do seu contacto com os princípios ilustrados. O seu ambiente familiar, mormente o perfil do pai, tido como “bem instruído”²⁷, sugere que ele cresceu num meio culto. Provavelmente, foi educado num dos colégios de religiosos regulares existentes em Goa ou no ensino particular, muito divulgado na cidade entre as pessoas do seu estatuto social²⁸. É possível que a convivência com as ideias que irradiavam da Europa

²⁴ Michèle DUCHET, *Anthropologie et Histoire au siècle des Lumières*, cit., Paris, Albin Michel, 1995, pp. 125-136.

²⁵ Esses impressos chegaram à sua posse já nos Rios de Sena, em 1781, como ele explicou ao governador-geral, quando lhe enviou “os dois exemplares incluzos da Carta Regia da minha restituição visto que meu irmão a emitação do que praticarão os mais desgraçados, quando foy do seu restabelecimento mandou imprimir alguns, que vierão ainda nesta monção, visto que na passada quando viemos não coube tempo”. Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o governador-geral de Moçambique José de Vasconcelos de Almeida, 9 de Março de 1781, AHU, Moç., cx. 35, doc. 54. Ver, também, a carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o tenente-coronel do regimento de Moçambique Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, 1 de Março de 1781, AHU, Moç., cx. 35, doc. 44.

²⁶ Ver, por exemplo, carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 10 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 42, doc. 6.

²⁷ “Memoria das Pessoas distintas que se achão na Índia, das quaes pode Vossa Magestade escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

²⁸ Sobre as instituições de ensino existentes em Goa, ver Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa Setecentista: tradição e modernidade (1750-1800)*, Lisboa, CEPCEP / Universidade Católica Portuguesa, 1996, pp. 262-285; Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *O Império Oriental (1660-1820)*, vol. V da *Nova História da Expansão Portuguesa (1660-1820)*, dir. de A. H. de Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO, Lisboa, Ed. Estampa, 2006, tom. II, pp. 133-142.

se tivesse iniciado em Goa, onde, apesar da actividade censória, elas giravam através de livros, de redes sociais, que incluíam goeses residentes na Europa, e da actividade dos religiosos do Oratório²⁹. A sua aproximação à Ilustração poderá, no entanto, ter tido lugar apenas em Luanda ou, de qualquer modo, ter sido reforçada nesta cidade. Por esta altura, a circulação de ideias iluministas em Angola fazia-se através da leitura de livros, panfletos ou periódicos franceses e ingleses, oriundos do reino ou, particularmente, do Brasil. De acordo com Catarina Madeira Santos, esse movimento foi notório sobretudo no que toca a indivíduos vinculados ao governador-geral D. Francisco de Sousa Coutinho (1764-1772)³⁰, estando certamente activo quando Melo e Castro desembarcou em Luanda.

Conquanto revelando a influência de concepções da Ilustração, o olhar de António de Melo e Castro sobre África e os africanos não pode ser encarado como um reflexo das discussões que se desenrolavam na Europa. Foi já destacado antes que o Iluminismo não constituiu um pensamento unívoco no continente europeu e que a sua apropriação por actores coloniais assumiu expressões multifacetadas. Importa, portanto, sublinhar que, independentemente da circulação das imagens europeias, a representação de África e dos africanos produzida pelos que viviam no continente apresentava geralmente dissonâncias em relação àquela construída pelos europeus que por aí transitavam ou permaneciam apenas por algum tempo. Quando da sua chegada aos Rios de Sena, onde se demorou cerca de seis anos, a África não era um terreno desconhecido para António de Melo e Castro, embora seja difícil avaliar em que medida a sua experiência social estruturou a sua percepção e o seu julgamento sobre o continente e os seus habitantes. Antes de mais, sublinhe-se que apenas excepcionalmente ele se referiu directamente ao seu passado africano. Numa dessas ocasiões, apontou o exemplo da acção evangelizadora dos padres capuchinhos em Angola para criticar a omissão dos dominicanos na África Oriental, sugerindo a necessidade de entregar esta missão aos mesmos capuchinhos ou à Congregação do Oratório de Goa, com provas dadas em Ceilão³¹. Para além da sua experiência africana em Angola, a própria África Oriental não era presumivelmente um mundo estranho para António de Melo e Castro. O seu pai vivera aí durante cerca de treze anos e era o autor de uma das mais importantes relações setecentistas escritas sobre o vale

²⁹ Para um período mais tardio, sabe-se, por exemplo, que chegavam a Goa as obras de Voltaire, que, como as de Rousseau, estavam proibidas. A conspiração dos Pintos, em 1787, onde era marcante a denúncia da discriminação dos goeses no acesso aos cargos religiosos e militares, parece ter sido uma expressão da apropriação dessas ideias. Ver Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa Setecentista...*, cit., pp. 290-308; Anita Correia Lima de ALMEIDA, *Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794*, Dissertação de doutoramento em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

³⁰ Catarina Madeira SANTOS, “De “antigos...””, cit.

³¹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 3 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 36.

do Zambeze³². Portanto, na percepção de África de António de Melo e Castro estavam certamente em causa não apenas as ideias difundidas nos meios europeus e coloniais, como também a sua experiência pessoal e familiar. Ao longo da sua permanência no vale do Zambeze, a interacção com o mundo africano fornecer-lhe-ia outras perspectivas, por vezes, em conflito com aquelas que exprimiu nos primeiros tempos na região.

A História Natural e a descoberta de África

Os escritos de António de Melo e Castro constituem relatos e reflexões acerca de múltiplos tópicos sobre os Rios de Sena, que ecoam a sua visão de África e dos africanos. As suas cartas e colecções respeitantes à História Natural, os materiais que aqui interessam, relacionam-se com o movimento promovido pela coroa portuguesa para conhecer e controlar os recursos naturais dos espaços ultramarinos³³. A actividade científica das instituições localizadas no reino exigia a estruturação de uma rede de circulação de informações assente na acção de naturalistas, funcionários e outros informadores. Nesse processo, Lisboa também enviou naturalistas para Moçambique, mas a equipa que aí aportou, em 1784, rapidamente ficou circunscrita a Manuel Galvão da Silva, cuja actividade no âmbito da História Natural foi reduzida. A par desta viagem filosófica, as demandas de notícias e espécimes chegavam regularmente à administração de Moçambique, pelo que os governadores recorriam a múltiplos agentes para as satisfazer. A partir da década de 1780, as actividades em torno da História Natural passaram a integrar as práticas administrativas na colónia³⁴.

³² Francisco de Melo e CASTRO, *Descrição dos Rios de Sena desde a barra de Quelimane até ao Zumbo*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861.

³³ Sobre esse processo no império português existe já uma vasta bibliografia centrada sobretudo na América Portuguesa, mas que aborda outros territórios. Ver, por exemplo, Maria Odila da Silva DIAS, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 278 (1968), pp. 105-170; William J. SIMON, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteenth Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e aventura*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar FCSH-UNL, 1991; Oswaldo Munteal FILHO, “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”, in Júnia Ferreira FURTADO (org.), *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, pp. 483-518; Ana Lúcia Rocha Barbalho da CRUZ, *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*, Dissertação de Doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná, 2004; Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*, S. Paulo, Alameda, 2008.

³⁴ Eugénia RODRIGUES, “Nomes e serventia”. Administração e História Natural em Moçambique em finais de Setecentos (c. 1781-1807), in Andréa DORÉ e Antonio Cesar de Almeida SANTOS

De acordo com diversa literatura, a delimitação da História Natural levanta dificuldades, pois a sua unidade e coerência eram apenas aparentes. Conforme o quadro dos conhecimentos humanos que abria a *Encyclopédie*, a História Natural dividia-se em três partes: a que respeitava à uniformidade da natureza, tendo como objecto a história celeste, dos meteoros, da terra e do mar, dos minerais, dos vegetais, dos animais e dos elementos; a que se reportava aos prodígios do mundo natural, isto é, aos desvios da norma; finalmente, a que incidia sobre os usos da natureza, abrangendo o que o homem fabricava pela sua própria arte³⁵. Colocando o acento na descrição, defendida pelo conde de Buffon, ou no sistema de classificação de Carl Lineu³⁶, a História Natural remetia para o conhecimento de todo o universo, embora vários dos seus protagonistas a restringissem ao estudo dos três reinos da natureza.

Em Portugal, os manuais compostos à roda de 1780 dirigiam o olhar dos viajantes, cientistas ou amadores³⁷, para múltiplos tópicos úteis à História Natural no intuito de acumular informações capazes de serem reunidas e comparadas. Entre eles, estavam matérias tão diversas como o conhecimento do território, dos reinos da natureza e dos habitantes³⁸. Como salientou Ana Lúcia Cruz em relação às viagens filosóficas, verificava-se uma “pretensão enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado”³⁹.

(org), *Temas setecentistas. Governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR/CSHLA-Fundação Araucária, 2009, pp. 211-232.

³⁵ Pascal DURIS, “Histoire Naturelle”, in Michel DELON (dir.), *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Quadrige/PUF, 2007, pp. 627-631.

³⁶ Ver, por exemplo, James LARSON, “Not without a Plan: Geography and Natural History in the Late Eighteenth Century”, in *Journal of the History of Biology*, vol. 19, n.º 3 (1986), pp. 447-488.

³⁷ Essa situação ocorria na generalidade dos países europeus, onde a História Natural mobilizou indivíduos com diversas competências profissionais e amadores. Ver Marie-Noëlle BOURGUET, “O explorador”, in Michel VOVELLE (org), *O homem do Iluminismo*, Lisboa, Presença, 1997, pp. 224-225.

³⁸ Foram então elaboradas três instruções: uma por Domingos Vandelli, *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*, 1779; outra pelos naturalistas que trabalhavam na Ajuda, *Méthodo de Recolher, Preparar, Remeter, e Conservar os Productos Natureis. Segundo o Plano, que tem concebido, e publicado alguns Naturalistas, para o uzo dos Curiozos que visitão os Certoins, e Costas do Mar*; e, finalmente, as impressas pela Academia de Ciências, *Breves Instrucçoens aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a historia da Natureza para formar um Museo Nacional*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1781. Exemplos das duas últimas instruções foram enviados ao governador dos Rios de Sena e ao governador-geral de Moçambique. Eugénia RODRIGUES, “Nomes...”, cit., pp. 211-232. Sobre o teor dessas instruções, ver, em particular, Magnus Roberto de Mello PEREIRA e Ana Lúcia Rocha Barbalho da CRUZ, “O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar productos naturais”, in Andréa DORÉ e Antonio Cesar de Almeida SANTOS (org), *Temas...*, cit., pp. 241-251; Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., pp. 229-230.

³⁹ Ana Lúcia Rocha Barbalho da CRUZ, *Verdades...*, cit., p. 123.

Assim, em África, como noutros espaços do império português, o território, natureza e os povos constituíam lugares obrigatórios de observação e produção de conhecimento, dando origem a múltiplos textos e todo o tipo de colecções.

Neste contexto, António de Melo e Castro transformou Tete, a capital do governo dos Rios de Sena, num dos polos de remessa de colecções e memórias de História Natural, lugar que a vila ocupava então a par da Ilha de Moçambique. As ordens do reino revestiam-se de um carácter genérico, apontando como modelo os manuais, cada vez mais normativos, elaborados pelos naturalistas em Lisboa e enviados para os territórios ultramarinos, ou circunscreviam-se a algum ponto específico. Desse modo, os objectos da História Natural pesquisados por Melo e Castro podiam ser enformados pelos seus próprios interesses ou oportunidades, mesmo atendendo aos manuais preparados no reino, ou dirigidos por ordens particulares da administração do reino ou da capitania de Moçambique.

Diferentemente dos naturalistas enviados para o império, o governador dos Rios de Sena não detinha formação científica, o que ele considerava uma limitação para cumprir as solicitações da corte, mesmo na posse desses manuais. Frequentemente, ele lamentou não poder “ser mais abundante”, por lhe faltarem “os proprios conhecimentos destas couzas naturaes”⁴⁰. Ele deparava-se ainda com a ausência de indivíduos com formação especializada para lidar com as exigências colocadas pela História Natural, designadamente para fazer as experiências requeridas ou preparar e acomodar convenientemente os itens a enviar para o reino. Ele assegurou mesmo que a “falta, que há de sujeitos, que se apliquem a investigar a natureza por serem distituidos geralmente das luzes para isto necessarias, fáz inuteis as mesmas produçoens, e baldadas todas as deligencias, que hum governador pode empregar para conseguir algum fruto do seu trabalho”⁴¹. De facto, para incluir as investigações de História Natural nas práticas do seu governo, António de Melo e Castro estava dependente da elite colonial do vale do Zambeze, a qual, por sua vez, era obrigada a socorrer-se dos africanos que forneciam os espécimes e muitas das informações recolhidas sobre eles. Estas limitações condicionaram o tipo de colecções que ele coligiu, nas quais os espécimes perecíveis – como animais e plantas - estavam praticamente ausentes⁴².

⁴⁰ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

⁴¹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40. Ver, também, carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42; carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

⁴² Eugénia RODRIGUES, “Nomes...”, cit., pp. 211-232.

As colecções que ele reuniu e os textos que elaborou no contexto da História Natural transmitem uma visão de África e dos africanos complexa que está, por vezes, em conflito com os julgamentos emitidos por ele a respeito de outros tópicos. Com efeito, António de Melo e Castro partilhava muitas das ideias que circulavam na Europa e entre as elites coloniais sobre os povos de África, as quais, associadas a estereótipos como a barbaridade, a indolência e a superstição, responsabilizavam os africanos pelo atraso de África⁴³. Por exemplo, falando da agricultura, pouco depois de ter chegado a Tete, ele concluiu que “não faltão as qualidades da terra para a sua producção, mas sim a astucia, e deligencia nos naturaes della, que são summmente froxos, e inimigos do trabalho”. E, entre as razões que dificultavam a condução dos africanos à agricultura, ele considerou o facto de serem “summamente barbaros, e supresticiozos”⁴⁴. Juízos idênticos formulou em 1783, elucidando que “os naturaes são geralmente preguiçosos, e mais facilmente fogem, do que se suguêitão a algum trabalho, que não seja aquelle, a que por criação estão acostumados”⁴⁵. Assim, apesar da fertilidade da terra, a preguiça, a barbaridade e a superstição dos africanos constituíam entraves ao desenvolvimento da agricultura e da economia em geral. Anos mais tarde, argumentando sobre a necessidade de uma reforma da justiça, o governador dos Rios de Sena afiançava que os africanos eram “homens barbaros, a quem falta não sómente a luz da fé, mas tambem a da razão, he aonde se não praticão os legaes castigos sendo innumeraveis os roubos, e homicidios, que todos os dias se cometem entre os mesmos barbaros”⁴⁶. Homens sem a luz da razão e da religião, que nos projectos coloniais europeus e especificamente portugueses andavam de mãos dadas, eram os próprios africanos os responsáveis pelo estado de África. Mas, amiudadamente, António de Melo e Castro emitia juízos sobre os africanos para acusar os próprios colonizadores presentes nos Rios de Sena. De par com apreciações pejorativas, ele também exprimia ideias que atribuíam aos africanos a simplicidade do homem primitivo, que importava preservar dos maus exemplos. A ilustrar essa posição note-se que ele condenava o envio de degredados europeus para os Rios de Sena por considerar que eles

⁴³ Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., pp. 244-245. Sobre a representação de Moçambique e das suas populações na segunda metade do século XVIII, ver J. B. PORTELLA, *Descrições...*, cit.

⁴⁴ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 12 de Maio de 1781, AHU, Moç., cx. 36, doc. 17. O discurso sobre a “cega e supresticioza gentilidade” dos africanos está igualmente patente na carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 2 de Julho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 45.

⁴⁵ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Maio de 1783, Moç., cx. 42, doc. 7.

⁴⁶ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 10 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 54.

prevaricavam “com os seus maos costumes a simplicidade dos nacionaes do Paiz”⁴⁷.

No tocante à História Natural, António de Melo e Castro começou por proferir os mesmos juízos baseados em estereótipos negativos sobre África. Inicialmente, conforme os interesses expressos por Martinho de Melo e Castro, ele buscou no vale do Zambeze as raridades tão procuradas para preencher o museu da rainha:

“Eu desde que cheguei a este paiz lembrado da recomendação, que Vossa Excelência me faz a este respeito, tenho procurado com toda a diligencia, e cuidado descobrir algumas raridades da natureza, ou couzas preziosas, e pouco conhecidas [...]; porem athé o prezente me não tem descoberto couza alguma, que nessa corte não seja muito conhecida, e trivial, e pelo conseguinte de pouca, ou nenhuma estimação, pois assim, pelo que toca aos vegetaveis, como aos animaes, não tenho encontrado em toda a extensão deste paiz couza, de que se possa fazer particular estimação por ser tudo ja muito conhecido dos curiozos nessa corte, fazendo-se inutil a remessa de algumas plantas, ou animaes, de que o Gabinete terá ja grande abundancia”⁴⁸.

De facto, a atenção do governador dos Rios de Sena estava à partida dirigida para encontrar na natureza africana espécimes invulgares e desconhecidos no reino. E esse fito era gorado pela inexistência de conchas ou búzios, os objectos mais demandados, nas margens do Zambeze e dos seus afluentes, o que o levou a declarar “totalmente esteril este Rio Zambeze, e todos os mais, que nelle dezaguão”, quer no percurso entre o porto de Quelimane e a capital de Tete, quer mais acima, no Zumbo, como lhe certificavam os moradores desta feira. Em contraste, o litoral marítimo de Moçambique parecia-lhe bastante fértil e diversificado, com “hum a infenidade de buzios, e outras innumeraveis conxas de diferentes cores, e galantaria”⁴⁹. Grande parte da curiosidade sobre as espécies no mundo ultramarino estava centrada na obtenção de raridades, sobretudo de conchas, segundo uma moda coleccionista então em voga na Europa⁵⁰. E, nessa medida, toda a região do vale do Zambeze pareceu ao governador absolutamente frustrante, pois a sua esterilidade nos itens que interessavam ao reino o limitavam no fim de obter o reconhecimento da corte. Como foi já destacado, a procura de

⁴⁷ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para Martinho de Melo e Castro, 4 de Julho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 52.

⁴⁸ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 42, doc. 2. Ver, também, outra carta da mesma data, AHU, Moç., cx. 42, doc. 2.

⁴⁹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 42, doc. 2.

⁵⁰ Ver Maria Odila da Silva DIAS, “Aspectos...”, cit., p. 108; William J. SIMON, *Scientific...*, cit., p. 16.

objectos raros e singulares, de forte valor simbólico, estava muito associada à busca de prestígio e poder pessoal e à afirmação política dos impérios ibéricos⁵¹. As cartas enviadas por Melo e Castro nos primeiros anos da sua estada em Tete, em que não conseguia reunir os desejados espécimes, exprimiam esse desapontamento e transmitiam a imagem do interior da África Oriental como um território desprovido de interesse para a História Natural.

À medida que foi contactando o país, o interesse do governador dos Rios de Sena evoluiu da atenção focada somente na colecta de conchas para o empenho no “conhecimento da natureza, e o das preciozidades que esta costuma produzir nas diferentes partes do mundo”, concluindo ser “bem certo, ou ao menos muito provavel, que todo este continente enserra pela sua grande extensão muitas couzas raras, e de muita estimação”⁵². Assim, quatro anos após a sua chegada ao Zambeze, já não eram as fugidias conchas a mobilizar a sua atenção, ele dispunha-se, antes, a encarar toda a natureza africana como potencialmente rica, inesgotável e, logo, relevante para a História Natural. A sua visão de África caminhava das apreciações suscitadas pela curiosidade centrada na obtenção de conchas extraordinárias e desconhecidas no reino para uma ampliação do objecto da História Natural. Esta reorientação dos seus interesses parece poder explicar-se pelo aprendizado decorrente da leitura das instruções elaboradas pelos naturalistas, que ele amiúde se queixava de não conseguir cumprir. Mas, a par desse tirocínio dos cânones da ciência europeia, sobressai uma progressiva adesão pessoal ao mundo africano, a qual parece resultar da sua interacção com o meio. Em resultado, evidencia-se uma clara ampliação das suas investigações e o desenvolvimento de perspectivas mais positivas, notadas em relação às elites locais e aos que assistiam longo tempo nos territórios ultramarinos⁵³.

A História Natural oferecia, assim, um caminho de descoberta das potencialidades do continente africano e de valorização dos africanos, mesmo que conducente a imagens ambivalentes e contraditórias. Esse alargamento do objecto da História Natural resultou na construção de colecções, acompanhadas por textos, as quais incluíam tanto espécimes de valor utilitário com marcado interesse económico ou medicinal, como curiosidades ligadas à etnografia e ao conhecimento dos costumes dos povos. Atendendo à dependência em que António de Melo e Castro se encontrava da elite colonial e dos africanos, cabe perguntar,

⁵¹ Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., pp. 135-176 ; Paula de VOS, “The Rare, the Singular, and the Extraordinary: Natural History and the Collection of Curiosities in the Spanish Empire”, in Daniela BLEICHMAR, Paula de VOS, Kristin HUFFINE e Kevin SHEEHAN (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires: 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009, pp. 287-289.

⁵² Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁵³ Londa SCHIEBINGER, *Plants and empire: colonial bioprospecting in the Atlantic World*, Harvard, Harvard University Press, 2004, p. 23.

com Mary Louise Pratt, em que medida a sua representação de África e dos africanos aí emergente foi moldada não só pelos próprios africanos como também pela elite colonial “através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles os apresentaram”⁵⁴.

A constituição dessas colecções e das informações que enformavam os seus textos dependeu dos materiais que lhe chegavam através da elite colonial do vale do Zambeze, que por sua vez os obtinha dos africanos. As distintas perspectivas sobre as informações que importavam à História Natural e as dinâmicas de confronto com esses actores filtraram seguramente as informações. António de Melo e Castro, logo em 1783, deplorou os obstáculos à elaboração de uma notícia geográfica da região pedida pelo secretário de Estado, a qual devia incluir todos os aspectos da vida do país e uma “relação exacta” dos domínios da coroa portuguesa nos Rios de Sena, com os seus limites com os chefes africanos vizinhos. E considerou que a tarefa era inviável pela falta de um mapa feito por alguém com capacidade e instrumentos próprios para observar, já que:

“os brancos falam sem critica, porque não observão aquellas mesmas terras, por onde passam, sendo-lhes a mayor parte dellas desconhecidas ainda as mesmas, que possuem, de que ignorão muitas vezes os limites, quanto mais aquellas, que pella sua distancia elles mesmos nunca virão, como são as dos regulos vizinhos, aonde elles nunca forão, e se algum delles por acaso passou por alguma ficou com tanto conhecimento della, como tinha dantes, limitando-se todas as noticias, que temos das proprias terras, e muito principalmente das alheyas, ao que dellas nos dizem os mesmos cafres, os quaes não só, porque são acostumados a confundir tudo, quanto dizem, mas pella natural inclinação, que tem a mentir, nunca falam verdade, e fica humo pessoa sempre duvidando, se o que elles dizem he certo, alem de que pela sua confusão são infinitas as contradicções”⁵⁵.

As dificuldades relatadas por António de Melo e Castro parecem explicar-se quer por diferentes perspectivas sobre o espaço, quer por estratégias de desinformação ou de ocultação da informação pelos próprios africanos e moradores dos Rios de Sena, interessados em resguardar da administração as rotas comerciais e as terras e as gentes que controlavam no vale do Zambeze.

Os espécimes enviados para Lisboa foram recolhidos predominantemente fora do imenso território da coroa portuguesa nos Rios de Sena. Aparentemente, os indivíduos envolvidos nessas recolhas encontravam nos Estados africanos espécies que lhes eram menos familiares, encarando-as, à partida, como mais

⁵⁴ Mary Louise PRATT, *Os olhos...*, cit., p. 31.

⁵⁵ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 8 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 42, doc. 5.

raras e singulares. Em decorrência dessa perspectiva, as colecções provinham dos territórios das feiras ou das minas de ouro frequentadas pelos moradores dos Rios de Sena ou dos espaços inscritos nas rotas mercantis dos seus agentes africanos que aí desembocavam. A maior parte dos espécimes foi recolhida no território dos maraves do império Undi, a norte do rio Zambeze, e na região dos karangas a sul do rio, no Monomotapa, Manica, Butua e Maungwe. O conhecimento transposto para Lisboa, na sequência dessas dinâmicas, centrava-se nos territórios a que a vila de Tete, onde residia o governador, estava ligada por rotas mercantis e diplomáticas, ficando ausentes os espaços da capitania dos Rios de Sena mais próximos do litoral, os quais eram mais acessíveis e conhecidos dos portugueses⁵⁶.

Colecções e interesse económico

No processo de investigação do mundo natural, parte da actividade de António de Melo e Castro reportava-se à busca de um conhecimento pragmático, que visava inquirir as espécies que detinham ou podiam adquirir, convenientemente exploradas, um valor económico⁵⁷. Assim, o móbil da constituição de algumas das colecções organizadas por ele estava relacionado com o objectivo de dinamizar a economia da capitania ou do próprio império.

Entre os produtos da natureza que suscitavam um interesse comercial estavam as madeiras, uma matéria-prima de variadas aplicações que faltava no litoral da Ilha de Moçambique. Na sequência de um pedido do governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque⁵⁸, em 1783, o António de Melo e Castro remeteu para a Ilha de Moçambique amostras das madeiras “milhores, e mais especiaes” do país e no ano seguinte considerou-as adequadas para figurarem no museu de Lisboa⁵⁹. A relação dos espécimes de madeiras colectados registava, para cada amostra, o nome africano da respectiva árvore⁶⁰, distintamente da prática dos naturalistas que tendiam a fornecer as denominações da ciência europeia para as plantas, geralmente segundo a dominante classificação lineana. António de Melo e Castro não se pronunciou sobre

⁵⁶ Eugénia RODRIGUES, “Nomes...”, cit., pp. 211-232.

⁵⁷ Sobre esse interesse económico associado à História Natural em Portugal, ver, por exemplo, José Luís CARDOSO, “Domingos Vandelli, a História Natural e a Economia Política”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, Tom. XXXV (2002/2003), pp. 99-118; José Luís Cardoso, “From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in the late eighteenth-century Portugal”, in *Studies in History and Philosophy of Science*, n.º 34 (2003), pp. 781-803.

⁵⁸ Carta do governador-geral de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 21 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 45.

⁵⁹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁶⁰ António de Melo e Castro, “Relação das amostras das Madeiras”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

o debate europeu em torno da nomenclatura botânica e certamente desconhecia o sistema lineano. No entanto, ele estava mais próximo da nomenclatura de Buffon, que se opunha às práticas europeias de assimilar as plantas exóticas às taxionomias do Velho Mundo e usava a forma tradicional de citar todos os nomes conhecidos para uma dada planta, incluindo os nativos. Ao difundir a terminologia local, António de Melo e Castro valorizou os contextos culturais africanos em que essas árvores se reproduziam e perspectivava incorporar os nomes africanos na botânica europeia. Desse modo, ele escapava ao imperialismo linguístico emergente no século XVIII, associado a práticas de nomear baseadas no sistema lineano, as quais promoveram a expansão global e a colonização europeia⁶¹.

O sentido utilitário estava bem presente nesta remessa de madeiras. A relação das amostras que a acompanhava indicava os locais onde se encontravam as árvores, as suas medidas usuais, as serventias que tinham comumente no país, mais particularmente entre a elite colonial dos Rios de Sena, e as que podiam adquirir para a economia do império⁶². Na memória que também seguiu na mesma altura, António de Melo e Castro fez notar que, apesar da grande variedade e quantidade de árvores existentes nos Rios de Sena, apenas enviava amostras das que encontravam junto ao Zambeze e podiam, assim, ser conduzidas pelo leito do rio até ao porto de Quelimane. Ele mapeou a distância a que os lugares jaziam da margem do rio e as condições dos caminhos, se pantanosos (Luabo), se cheios de arvoredo possível de limpar (Chupanga) ou se planos e secos (Sone)⁶³. Também descreveu as condições de transporte na região, destacando as suas dificuldades: os grandes madeiros eram arrastados pelo chão pelos africanos até aos locais de embarque, enquanto a madeira lavrada (traves, barrotes, vigas, tabuados e pequenos frixais) era conduzida às costas dos carregadores. Finalmente, no rio, as madeiras eram transportadas em canoas de um só pau – os cochos – amarradas em número suficiente para acomodar os lenhos.

Partindo das condições descritas, António de Melo e Castro advogou a condução da madeira em carros de rodas, ainda assim puxados por homens por falta de animais domesticados. Do mesmo modo, discorreu sobre as possibilidades de transporte a reboque das canoas ou o emprego de jangadas como era usado na América. Porém, reconheceu que este meio de condução era inexequível devido à violência das águas na época das chuvas e aos muitos passos secos que emergiam na estiagem. Mas, sobretudo, ele considerou faltar gente apta a operar estes meios de condução, pelo que se resignou a acomodar-se às técnicas usadas no país. A exploração florestal carecia igualmente de mão-de-obra especializada, artífices

⁶¹ Sobre os debates europeus em torno da nomenclatura botânica e o imperialismo linguístico, ver Londa SCHIEBINGER, *Plants...*, cit., pp. 194-223.

⁶² António de Melo e Castro, “Relação das amostras das Madeiras”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁶³ António de Melo e Castro, “De todas as ditas Madeiras se podem achar”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

com as suas ferramentas para fazerem o trabalho e o ensinarem aos africanos. A narração de Melo e Castro sobre o aproveitamento das madeiras transmitia a imagem de um país abundante, mas desprovido de utilidade pelo estado das artes dos seus habitantes. Porém, ele considerava os africanos aptos a adquirir essas técnicas e julgava que “pelo tempo adiante se farião officiaes capazes de poderem suprir a falta dos que vierem de fora”⁶⁴. As reflexões de António de Melo e Castro apontavam, portanto, para a ideia da superioridade da civilização europeia, que deveria ser transplantada para os Rios de Sena. No entanto, a difusão das técnicas europeias aparecia como o caminho para a inclusão dos africanos no progresso universal.

No reino mineral, sais, cristais e metais detinham potencialidades económicas relevantes para a economia do império. Em consonância com o crescimento da competição inter-europeia, no século XVIII aumentou a procura de salitre para o fabrico de pólvora. Os naturalistas a trabalhar no império português também receberam da coroa instruções detalhadas quanto ao modo de proceder ao descobrimento do mineral e sobre as experiências destinadas a obtê-lo. Conforme esses mandamentos, as terras próprias à extracção de salitre eram aquelas húmidas e quentes, onde seria elevada a corrupção de animais e vegetais⁶⁵.

Nesse contexto, a procura de salitre tornou-se um encargo do governo dos Rios de Sena, cujas terras alagadiças e cheias de vida animal e vegetal foram consideradas propícias à produção do nitrato de potassa⁶⁶. Porém, António de Melo e Castro não conseguiu corresponder a esse pedido, segundo ele, quer porque o salitre não existia na região, quer devido à incapacidade daqueles a quem ele incumbira a tarefa de o encontrar nos locais em que, pela manhã, o solo aparecia coberto de branco, à maneira da geada que se formava no reino. Saindo frustradas as experiências, António de Melo e Castro enviou para Lisboa um caixote dessa terra, muito abundante no país, para “se fazerem experiências necessarias por pessoas instruidas na materia”. Todavia, ao não descobrir o salitre, ele acabou por valorizar o processo africano de fabrico do sal a partir do húmus. Com o primeiro caixote, seguia um outro de sal e a narração do modo como os africanos o produziam. A terra era raspada com uma enxada e colocada numa panela com furos na base, a que se juntava água. O líquido que pingava para uma gamela ou uma canoa pequena era passado depois para uma panela, que era levada ao lume. O produto obtido do processo de evaporação constituía o

⁶⁴ António de Melo e Castro, “De todas as ditas Madeiras se podem achar”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁶⁵ Clarete Paranhos da SILVA, “Salitre: indicado para explosivos e curativos”, in Ângela PÔRTO (org.), *Enfermidades Endêmicas da Capitania de Mato Grosso. A Memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008, pp. 119-121.

⁶⁶ Carta do governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque para o governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro, 21 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 40, doc. 45.

sal usado nos Rios de Sena para temperar a comida e salgar as carnes⁶⁷. Embora este sal tivesse valor comercial no vale do Zambeze, à sua remessa para Lisboa não subjazia um interesse económico, antes cabendo na categoria de curiosidade. Ela visava divulgar métodos africanos de fabrico, relacionando-se com o processo de conhecimento dos povos preconizado pelas instruções naturalistas. A narrativa sobre a produção de sal pelos africanos atribuía-lhes alguma indústria, atenuando, em certa medida, as propaladas ideias sobre a indolência e a ausência de desenvolvimento técnico entre os povos do vale do Zambeze.

No conhecimento do reino mineral promovido pela História Natural, estiveram subjacentes quer o interesse comercial dos europeus por pedras preciosas, quer a curiosidade por exemplares raros. Também a administração dos Rios de Sena foi chamada a averiguar a existência dessas pedras⁶⁸. Entre as que se encontravam na África Oriental, os cristais captaram a atenção de António de Melo e Castro, que enviou para o reino, em 1785, alguns espécimes, relatando a sua abundância na região. Esses exemplares iam acompanhados de informações que conferiam uma identidade política aos povos da África Oriental e davam conta das complexas relações entre os vários poderes. O governador explicava que umas pedras tinham sido recolhidas em Mawngue, um reino situado dois dias a leste de Manica, cujo governante, *makone*, era sujeito ao *changamira* de Butua, enquanto as outras eram originárias de Michonga, nas terras de Chicucura, um chefe marave do império Kalonga. Melo e Castro salientava a facilidade de obter, a troco de presentes, a autorização dos poderes políticos africanos para a exploração do cristal, que não era valorizado por eles. No entanto, advertia que “pelo tempo adiante se deve presumir, que a [facilidade] não haja pela experiencia, que temos de quanto os Cafres vem a zellar aquillo mesmo, que elles nenhum cazo fazião, logo que percebem fazermos nos alguma estimação, para ao depois quererem vender por execcivo preço”⁶⁹. As apreciações em torno do comércio de cristais remetiam para a percepção dos africanos enquanto actores do mercado colonial, que rapidamente aprendiam o valor das mercadorias. Porém, as observações sobre as dificuldades técnicas de extracção dos cristais significavam uma representação dos africanos como seres indolentes e desprovidos das técnicas criadas pela civilização. Assim, para António de Melo e Castro a exploração dos cristais só poderia ser executada “por pessoas mais inteligentes, e deligentes, que os Cafres, que por evitar mayor trabalho apanhão o que achão mais á flor da terra, e quebrão muitas vezes os mesmos pedaços por menores, que seão, se achão

⁶⁷ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42.

⁶⁸ Carta do governador-geral de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque para o governador dos Rios de Sena António Manuel de Melo e Castro, 19 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 37, doc. 49.

⁶⁹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

qualquer piquena dificuldade para os tirar inteiros”⁷⁰. Também neste caso, o saber europeu era valorizado e o seu desconhecimento nesta parte de África reforçava a imagem dos africanos como seres falhos de inteligência e diligência.

Os metais, e nomeadamente aqueles de elevado valor comercial, constituíram igualmente um objecto da História Natural e a sua procura nos territórios ultramarinos foi um dos fitos da coroa portuguesa. Em resposta às solicitações do governador-geral, para que fosse averiguada a viabilidade económica de os conduzir para a Ilha de Moçambique⁷¹, António de Melo e Castro iniciou indagações sobre os metais presentes nos Rios de Sena, o que conduziu, como se verá adiante, ao seu interesse pelos artefactos produzidos pelos africanos a partir desse material. Essa pesquisa iniciou-se em 1783, quando ele relatou esses metais, numa carta que parece ter sido perdida⁷². No ano seguinte, enviou várias amostras a Martinho de Melo e Castro para que a sua qualidade pudesse ser apreciada no reino, enquanto a relação que as acompanhava dava conta das condições da sua circulação comercial. O caixote então despachado continha uma barra de cobre fundido de Luenge (Ocuni), donde chegava à feira do Zumbo, e dois pães de cobre fundido das minas de Manica, que produziam o metal em menor quantidade. Em ambas as feiras, o cobre era adquirido por 16\$000 réis para ser vendido a 20\$000 nas vilas de Tete e Sena⁷³. O interesse pelo funcionamento do mercado colonial de cobre estava explícito na apreciação da qualidade destes produtos e das suas condições de comercialização. O que se pretendia era integrar a produção de cobre africana na economia do império.

Paradoxalmente, o ouro, que conduziu os portugueses ao interior da África Oriental no século XVI, não mereceu inicialmente a atenção de António de Melo e Castro, embora ele se tivesse preocupado em relatar a diminuição da quantidade de metal transaccionado na capitania⁷⁴. A mineração e a comercialização do ouro constituíam actividades correntes e bem conhecidas, pelo que foi provavelmente por esta razão que ele não se empenhou em investigar o metal do ponto de vista económico, encarando-o apenas como “raridade” da natureza. De facto, foi como curiosidade, que, em 1784, ele incluiu nas espécies encaminhadas para o

⁷⁰ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

⁷¹ Carta do governador-geral de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque para o governador dos Rios de Sena António Manuel de Melo e Castro, 19 de Novembro de 1782, AHU, Moç., cx. 37, doc. 49.

⁷² Essa informação terá sido incluída numa carta de 8 de Maio de 1783. Ver carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42.

⁷³ António de Melo e Castro, “Relação das couzas que na presente monção remete ao Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello e Castro, o Governador dos Rios de senna em o caixote n.º 3º”, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42.

⁷⁴ Carta do governador dos Rios de Sena António Manuel de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 6 de Junho de 1782, AHU, Moç., cx. 38, doc. 57.

museu de Lisboa, extraída da mina de Cassunsa, a norte de Tete, uma pedra cujo atractivo radicava em revelar como o ouro estava “formado, ou conglutinado na pedra pela propria natureza”⁷⁵. No ano seguinte, e com o mesmo fito, enviou nova pedra crivada de ouro, maior do que a dirigida no ano anterior⁷⁶. Mas apenas em 1786, Melo e Castro despachou amostras de ouro, relevantes do ponto de vista do conhecimento económico da região. Dez frasquinhos exibiam o metal extraído de várias minas trabalhadas pelos escravos dos moradores portugueses, as quais eram localizadas a norte do Zambeze, situações de Cassunsa, Maxinga, Michonga, Pemba e Cabora Bassa, ou fornecido pelos mercadores africanos que viajavam para as regiões do planalto karanga, como eram os casos das espécies obtidas nas minas de Butua, Sanhate (também em Butua), Muzezuros e Manica, aqui recolhidas nas margens dos rios Revuê e Mutare⁷⁷. Nesta remessa, nota-se já a preocupação em fornecer uma geografia económica do ouro e apurar o valor das diversas minas, associado ao objectivo de explorar o potencial económico de África.

A imagem de África Oriental construída a partir das reflexões de Melo e Castro em torno dos recursos económicos remete, portanto, para um continente rico que interessava a Portugal explorar, mesmo que para o fazer tivesse de transportar para aí homens conhecedores das técnicas que permitiam a integração da região na economia do império. De facto, a representação dominante dos africanos relacionada com o aproveitamento desses recursos era desfavorável, embora permanecesse uma certa ambivalência acerca das suas capacidades técnicas. Eles eram capazes de transformar a terra em sal ou minerar o ouro e o cobre, mas revelavam-se incompetentes para extrair adequadamente os cristais ou trabalhar a madeira. Prevalecia a concepção de que os africanos eram desprovidos de tecnologia ou dominavam apenas os seus rudimentos. Mas, emergia a ideia de que era possível pelo ensino das técnicas europeias colocá-los no caminho do progresso. Esta perspectiva aproxima-o do conceito de civilização das Luzes, que implicava a marcha progressiva do género humano desde a selvajaria original ao estado de civilizado. Ao colonizador

⁷⁵ António de Melo e Castro, “Relação de algumas piquenas produçoens da natureza, que na prezente monção remete ao Illustrissimo, e Excelentissimo Sr. Martinho de Mello, e Castro, o Governador dos Rios de Senna”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁷⁶ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 15 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

⁷⁷ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 3 de Dezembro de 1786, AHU, Moç., cx. 52, doc. 60; António de Melo e Castro, “Relação das dez amostras de ouro de outras tantas minas dos Rios de Senna, que remette o Governador e Capitão General de Mossambique Antonio Manuel de Mello e Castro para o Gabinete da Historia natural de Sua Magestade Fidelissima”, 3 de Dezembro de 1786, AHU, Moç., cx. 52, doc. 60.

cabia o poder de civilizar os africanos, incapazes de se civilizarem a si próprios⁷⁸.

Artefactos humanos e povos africanos

De facto, na sociedade europeia setecentista, o controlo sobre o meio e a capacidade de construir a partir de matérias-primas tornaram-se elementos essenciais para avaliar e classificar os povos. O inventário dos artefactos produzidos por cada povo era o modo de inserir a sua produção no comércio colonial e de os tirar da inércia, integrando-os nos rumos da civilização⁷⁹. Como argumentou M-N. Bourguet, através da circulação de bens era possível à Europa difundir “o modelo universal de civilização”⁸⁰.

As próprias instruções de viagem preconizavam o “conhecimento físico e moral dos povos”⁸¹, mapeando diversos itens que interessavam à História Natural, como a descrição das suas produções, armas, vestuário e instrumentos⁸². Nesse contexto, António de Melo e Castro empenhou-se em colectar artefactos de cobre e ferro, não só, como ficou dito, para o secretário de Estado fazer apurar a qualidade intrínseca dos metais, mas igualmente para dar a conhecer as “manufaturas, a que os nacionaes deste continente os costumão para seu uzo, e comercio reduzir”⁸³. O aperfeiçoamento dos povos era demonstrado pelo apuro das suas técnicas e o envio dessas obras permitia conferir o grau de progresso dos africanos do vale do Zambeze e avaliar a sua inserção no mercado colonial.

Todavia, evidencia-se também, no tipo de objectos coligidos, a curiosidade pela cultura das sociedades africanas. Nas colecções endereçadas a Lisboa, em 1784, encontravam-se vários artefactos de carácter etnográfico, cuja descrição António de Melo e Castro alinhou em inventários com o nome local, a função e o povo ou região produtora, preocupação que radicava na mesma tendência de classificação da História Natural. Nessa remessa, ele incluiu adornos de cobre usados nas pernas e nos braços pelos povos do sul do Zambeze, os quais destrinçou de outros, as manilhas de ferro características do território marave, a norte do rio. E o seu número era, igualmente, relacionando com o estatuto social de cada indivíduo, como ele explicou em relação às manilhas “de que uzão em quazi todo

⁷⁸ No entanto, o próprio conceito de civilização era cheio de ambiguidades. Ver Michèle DUCHET, *Anthropologie...*, cit.

⁷⁹ Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., pp. 244-245.

⁸⁰ Marie-Noëlle BOURGUET, “O explorador”, cit., pp. 214-215.

⁸¹ Domingos Vandelli, “Viagens Filosoficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar”, 1779, ACL, Série Vermelha, n.º 405, in Ana Lúcia Rocha Barbalho da CRUZ, *Verdades...*, cit., Anexos.

⁸² Ver, por exemplo, Marie-Noëlle BOURGUET, “O explorador”, cit., p. 235.

⁸³ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42.

este País tanto os negros, como as negras para ornato das pernas em mais, ou menos quantidade, e quantos mais melhor para elles, de sorte que muitos cobrem destas manilhas quazi toda a perna desde o joelho athe o pe”. A diversidade desses objectos era, assim, associada a contextos culturais e políticos específicos. Os instrumentos agrícolas, ainda conforme as instruções distribuídas aos naturalistas, deveriam figurar igualmente no conhecimento dos povos. António de Melo e Castro encaminhou juntamente duas enxadas de ferro fabricadas pelos maraves, destringendo-as de dois exemplares maiores e de formato bicudo distintivos de Manica⁸⁴. As remessas de artefactos de produção local para Lisboa e as informações que as acompanhavam apontam para uma imagem dos africanos que admite a noção da especificidade cultural. Ao identificar os povos que produziam e utilizavam esses objectos, Melo e Castro conferia aos africanos uma identidade cultural e política, distanciando-se das categorias de “gentios” ou “bárbaros” com que os referia noutros textos⁸⁵, bem como da amálgama uniformizadora associada aos estereótipos difundidos por vários géneros discursivos produzidos na Europa de Setecentos.

Aos poucos, António de Melo e Castro foi olhando para peças cujo interesse extravasava o fito puramente comercial, mesmo se ilustrativo de uma economia em potência, e os interesses coloniais mais imediatos. Esses produtos eram insígnias de poder e artefactos de guerra, cuja relevância era apresentada como um instrumento para desvendar os povos africanos para os europeus. Particularmente significativa se afigura a sua justificação para a remessa, em 1785, de uma caixote com objectos marciais. Ele considerava que não seria do desagrado do secretário de Estado “o ver ao natural as armas, de que uzão tanto na paz, como na guerra a mayor parte dos povos, que habitão estes vastos certos da Africa”. E acrescentava ter decidido incluir mais algumas coisas “por achar, que ellas dizem respeito ao modo, com que os mesmos povos se costumão paramentar para a guerra, e como os seus uzos, que vão explicados na mesma rellação, são totalmente diferentes dos europeos, julgo que sempre o seu conhecimento poderá merecer alguma estimação ao menos pela novidade, que poderão servir os taes istrumentos para augmentar a colecção do Real Muzeo, visto que tambem as obras de semelhante natureza podem ter nelle o seu lugar”⁸⁶. Longe das considerações pejorativas em relação ao progresso técnico dos africanos presentes noutros textos de índole utilitária, António de Melo

⁸⁴ António de Melo e Castro, “Rellação das couzas que na prezente monção remete ao Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello e Castro, o Governador dos Rios de senna em o caixote n.º 3º”, 7 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 42.

⁸⁵ Ver, por exemplo, carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 4 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 38; carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 10 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 54.

⁸⁶ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 11 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 56.

e Castro valorizava esses objectos como veículos para exhibir as diferenças desses povos em relação aos conhecidos europeus. Não se tratava apenas de conhecer as identidades e as diferenças de aspectos anatómicos e culturais, capazes de criar uma taxionomia dos povos⁸⁷, mas de reconhecer aos povos africanos um lugar no conjunto universal. A interacção com os africanos, e mais concretamente o confronto com as suas produções que interessavam à História Natural, viabilizava a formulação de juízos que introduziam descontinuidades na representação de África e dos seus povos. Este era um caminho que os naturalistas integrados nas viagens filosóficas ou noutras expedições científicas tinham mais dificuldades em percorrer. Nesse sentido, a remessa de espécimes feita por António de Melo e Castro ultrapassava o fito atribuído a naturalistas como a Alexandre Rodrigues Ferreira, que ao debruçar-se sobre os povos da América pretendia inserir a produção de artefactos no comércio colonial⁸⁸. Na sua relação dos artefactos dos “povos desta Africa Oriental”, António de Melo e Castro indicava para cada objecto uma designação inteligível para os europeus (arco, flecha, etc.) ou, no caso de não encontrar categorias europeias equivalentes, a sua descrição, juntando em relação a alguns deles o seu nome africano. A essa identificação dos espécimes, ele acrescentava o povo que o utilizava, o material de fabrico, o modo de o colocar no corpo e os seus usos sociais, incluindo o facto de, eventualmente, constituírem insígnias de poder⁸⁹. Ao alinhar esses objectos-imagem ele participava no processo de produção de “um inventário e classificação visual dos povos ultramarinos”⁹⁰, de certo modo comparável ao do fabrico de imagens produzidas pelos desenhadores das expedições de História Natural.

A natureza e a medicina africana

Conquanto as reflexões relativas aos artefactos enviados para Lisboa apontem para uma representação dos povos da África Oriental mais favorável do que aquela transmitida noutros textos, foi no domínio da medicina que António de Melo e Castro manifestou uma maior admiração pelo conhecimento produzido pelos africanos.

Aparentemente, as práticas terapêuticas usadas na África Oriental não despertaram a atenção de António de Melo e Castro quando ele chegou à região. Mas, em 1784, ele recolheu para enviar para Lisboa um caixote de espécimes que lhe pareceram dignos de figurar no museu “não tanto pela sua raridade,

⁸⁷ Sobre a criação de uma taxionomia dos povos por meio das viagens filosóficas, ver Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., pp. 227-257.

⁸⁸ Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., p. 244.

⁸⁹ António de Melo e Castro, “Relação de algumas armas e ostensílios, de que uzão os Cafres habitantes dos grandes Certoens, que confinão em dilatadas distancias com os districtos do Governo dos Rios de senna”, 11 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 56.

⁹⁰ Ronald RAMINELLI, *Viagens...*, cit., p. 219.

quanto pelas suas virtudes que muitos lhes atribuem”. A propósito, o governador opinava existirem no continente dos Rios de Sena “muitas couzas raras, e de muita estimação”⁹¹. Efectivamente, o recurso aos remédios africanos estava muito divulgado na sociedade colonial e, embora a medicina africana constituísse um domínio reservado a vários especialistas, as virtudes dos seus medicamentos circulavam entre os indivíduos que se socorriam dela.

O catálogo dos produtos medicinais organizava-se em torno dos “seus nomes, virtudes, e lugares donde se extrahem”. Ao todo, eram apenas cinco embrulhos de “piquenhas producçoens da natureza” de origem animal e mineral, num total de sete exemplares. A descrição desses produtos remetia para um julgamento abonatório das suas qualidades terapêuticas ou pelo menos para uma atitude de aceitação da veracidade das propriedades que lhes eram atribuídas no país. “Dizem que tem particular virtude”, “lhe dão a virtude”, “tem as mesmas virtudes” ou “excelente remedio” foram os descritivos então empregues⁹². Embora estas apreciações aludissem a uma natureza africana com potencialidades terapêuticas que importava investigar, os actores dos processos de cura estavam quase ausentes da avaliação do governador dos Rios de Sena.

O interesse de António de Melo e Castro pela pesquisa das propriedades curativas da natureza da África Oriental, em consonância com a curiosidade das Luzes em relação às plantas medicinais e à sua aclimação noutros espaços⁹³, tornou-se mais vincado em 1785. Em nova missiva dirigida ao secretário de Estado, ele passou a enfatizar o conhecimento das “raizes e outras coisas medicinaes” como uma matéria digna da atenção dos que “se empregão na indagação das couzas naturaes para a colecção do Real Muzeo”, justificando por que decidira despachar um caixote com “todas aquellas raizes, e couzas mais virtuosas, e medicinaes”⁹⁴. O discurso do governador dos Rios de Sena abria novas vias de interesse pelas potencialidades do mundo natural da África Oriental, que deixava de ser encarado como estéril, tal como ele o decretara quando as conchas constituíam o critério preferencial de apreciação. A natureza africana, enquanto fornecedora de remédios, passava decididamente a merecer figurar no museu de Lisboa a par das que representavam outras partes do mundo e no que concerne à medicina deveriam estar representados elementos dos reinos vegetal, mineral e animal, tal como indicavam as concepções deste período.

⁹¹ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁹² António de Melo e Castro, “Relação de algumas piquenas produçoens da natureza, que na prezente monção remete ao Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, o Governador dos Rios de senna”, 5 de Junho de 1784, AHU, Moç., cx. 46, doc. 40.

⁹³ Marie-Noëlle BOURGUET, “O explorador”, cit., p. 233.

⁹⁴ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 14 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 59.

No caixote que ele então despachou, estavam encerrados treze espécimes, onze de origem vegetal, como raízes ou cascas de árvores, um mineral, a “pedra quadrada”, e um último animal, a ponta de abada. A relação desses itens seguia o plano descritivo usado para os curativos enviados um ano antes, sem atender à taxinomia lineana. Todavia, diversamente dos nomes africanos abonados para as amostras de madeira, António de Melo e Castro empregou a nomenclatura em voga na sociedade colonial dos Rios de Sena, a qual aplicava às plantas africanas os nomes em português, mesmo que eles fossem a tradução de designativos nativos que incorporavam a qualidade medicinal da planta. Assim, ele referiu, por exemplo, a “árvore de parto”, explicando que era o nome que tinha entre os africanos pelas suas virtudes em facilitar os partos difíceis. Em geral, os nomes portugueses empregues nesta lista traduziam já um longo convívio com essas plantas medicinais que eram encontradas em várias partes do mundo ou circulavam entre os territórios do império. De novo, para cada remédio, ele esclareceu o nome por que era conhecido, o local onde se obtinha, o modo de o aprontar e o mal que deveria curar. No entanto, divisa-se um investimento acrescido na investigação dos medicamentos, denotado pelas narrativas mais longas no que concerne à sua preparação, incluindo em alguns casos a indicação das quantidades adequadas, e as suas diversas propriedades terapêuticas. Em si mesmas, essas descrições, conquanto pouco abrangentes, constituem também materiais importantes para a história das doenças e das práticas medicinais usadas no vale do Zambeze. Os produtos incluídos nesta remessa eram obtidos nas feiras do Zumbo, Michonga e Manica, cumprindo as rotas comerciais.

Ao proceder à descrição desses produtos, Melo e Castro fornecia comentários que davam visibilidade às práticas de cura locais e sustentavam uma representação positiva dos africanos. Em particular, ele já não se firmava tanto em expressões como “dizem”, presentes na relação endereçada no ano anterior, antes evidenciava o crédito que atribuía às propriedades imputadas pelos africanos a cada droga. Por exemplo, sobre a raiz-de-cobra⁹⁵, ele assegurava que era um “excelente purgante”; quanto à raiz de Abutua⁹⁶, afirmava ser “excelente para toda a qualidade de inflamação se he externa”; a batatinha da Michonga, tal como a famosa calumba⁹⁷, era “grande remedio para febres contínuas”. E, denotando uma forte confiança nos conhecimentos africanos, ele comunicava que a raiz de esquinência, usada para os males da garganta, podia ser conservada por algum tempo em azeite de oliveira, mas apenas depois de escaldada, como a

⁹⁵ Provavelmente, a *Trixis ophiorhiza*, a arbusto erecto ou trepadeira da família das compostas, nativo do Brasil e cuja raiz é usada contra a mordedura de cobra.

⁹⁶ *Tiliacora chrysobotrya* Welw., planta trepadeira da família das menispermáceas, também conhecida por parreira brava. O nome parece advir do tupi, embora na África Oriental exista a região de Abutua.

⁹⁷ *Jarorrhiza palmata* Lam., planta herbácea da família das menispermáceas, nativa de Moçambique.

enviava. Mais, advertia que “afirmão os naturaes do pais, que tem conhecimento das virtudes das raizes”, que ela se transmutava em veneno em contacto com qualquer óleo, se não fosse previamente fervida⁹⁸.

É possível que a adesão de António de Melo e Castro às curas africanas tivesse resultado de ele próprio as ter experimentado durante as inúmeras maleitas que o acometeram nos anos vividos nos Rios de Sena⁹⁹, onde médicos e medicamentos europeus eram raros e o recurso às terapêuticas africanas estava enraizado na sociedade colonial. Qualquer que tenha sido a sua motivação, as práticas medicinais dos povos da África Oriental concitaram progressivamente a sua aprovação. É certo que ele esperava que as qualidades apontadas a esses remédios fossem validadas em Lisboa para, assim, os conhecimentos dos médicos africanos serem incorporados na ciência europeia¹⁰⁰. No entanto, as apreciações que ele emitia não só sobre estes produtos, mas principalmente sobre os africanos que investigavam as suas propriedades, remetiam para o acolhimento da medicina africana como um saber legítimo. Ele concluía o memorial escrito sobre os produtos medicinais proclamando a existência de múltiplas ervas usadas no tratamento de enfermidades graves. Mas, alertava para o facto de as suas “grandes virtudes” serem desconhecidas dos europeus devido à resistência levantada pelos especialistas africanos a desvendar os segredos da sua medicina. A afirmação das potencialidades terapêuticas encerradas pela natureza africana era acompanhada pelo reconhecimento dos especialistas de cura africanos, os *n’ganga*, que não eram associados à superstição, antes equiparados aos médicos europeus: “[os] gangas, que são como entre nós medicos, ou cirurgioens, porque são os que os curão, e tem conhecimento das virtudes das ditas raizes, e ervas”¹⁰¹. Melo e Castro pretendia, portanto incorporar não apenas os produtos mas os conhecimentos médicos produzidos pelos africanos na medicina europeia. A adesão à medicina africana estava presente na generalidade da elite colonial dos Rios de Sena, fosse a sua origem local, europeia ou de outras partes do império¹⁰². No entanto, no século XVIII, não era comum no que toca aos que transitavam pelos Rios de Sena, nomeadamente os governadores oriundos da

⁹⁸ António de Melo e Castro, “Relação de varias Raizes, e algumas couzas medicinaes, que remete ao Jllustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello, e Castro o Governador dos Rios de Sena Antonio de Mello, e Castro”, 14 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

⁹⁹ Ele queixou-se das suas contínuas moléstias, que lhe serviram para, em 1783, pedir que fosse rendido no cargo. Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 10 de Maio de 1783, AHU, Moç., cx. 42, doc. 6.

¹⁰⁰ Carta do governador dos Rios de Sena António de Melo e Castro para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, 14 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 59.

¹⁰¹ António de Melo e Castro, “Relação de varias Raizes, e algumas couzas medicinaes, que remete ao Jllustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello, e Castro o Governador dos Rios de Sena Antonio de Mello, e Castro”, 14 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.

¹⁰² Eugénia RODRIGUES, “Uma celebrada negra, que se chamava Joana”. Rituais africanos e elite colonial em Quelimane no século XVIII”, in *Povos e Culturas*, n.º 11 (2007), pp. 231-254; Eugénia RODRIGUES, “Colonial Society, Women and African Culture in Mozambique, c. 1750-1850”,

Europa ou dos territórios do império português, manifestarem essa aceitação das tradições culturais africanas de cura. Por exemplo, outro governador dos Rios de Sena, Francisco José de Lacerda e Almeida, oriundo do Brasil e formado em Coimbra, olhou sempre muito criticamente a medicina africana e a sua adopção pelos moradores dos Rios de Sena, a quem rotulou de supersticiosos¹⁰³.

As investigações de António de Melo e Castro em torno da medicina africana introduziam, portanto, novos recortes na representação dos africanos emergente no conjunto dos seus escritos. Mesmo os embrulhos em que despachou os remédios para o reino sustentaram a ideia de uma tecnologia equivalente à europeia, conquanto popular, que contradizia a fuga ao trabalho e a incompetência técnica que lhes atribuía noutras ocasiões. Alguns espécimes eram acondicionados em sacos de confecção local, os “quissapos”, fabricados com uma fibra vegetal, o “michéu”, que Melo e Castro informava servir para fazer esta e outras muitas manufacturas, “bem como no Algarve se costuma fazer das folhas da palmeira”¹⁰⁴. A comparação com as produções do reino tornava as obras africanas inteligíveis para os destinatários das remessas em Lisboa. Mas, essa homologia também aproximava as manufacturas dos africanos das dos europeus.

Os escritos e as colecções de História Natural do vale do Zambeze produzidos por António de Melo e Castro remetem para descontinuidades que introduzem variantes na sua imagem de África e dos africanos. Partindo das ideias firmadas na visão de África e dos africanos com que chegou ao vale do Zambeze, ele foi reconfigurando as suas leituras em função das realidades humanas com que foi interagindo e, caminhando para apreciações mais positivas. A coexistência das ideias de que era portador e daquelas que foi construindo conduzia a uma representação dos africanos atravessada de contradições e ambivalências. De facto, em diversos textos, ele continuava a qualificar os africanos como “bárbaros”, enquanto a sua vivência local o conduzia a manifestar atitudes de simpatia e até de admiração no contexto das suas investigações relacionadas com a História Natural, nomeadamente no que respeitava aos artefactos culturais e, sobretudo, à medicina. Importa frisar que essas apreciações positivas fundadas na História Natural não excluía projectos de colonização de África e dos africanos, que estavam, aliás, subjacentes a muitas das suas propostas de reforma.

in Clara SARMENTO (dir.), *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues*, Newcastle-Upon-Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2010, pp. 253-274.

¹⁰³ Francisco José de Lacerda e ALMEIDA, “Diário da viagem de Moçambique para os Rios de Sena. 1797-1798”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Diários de Viagem*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, p. 156. Para outras referências, ver José Roberto Braga PORTELLA, *Descrições...*, cit., pp. 116-118.

¹⁰⁴ António de Melo e Castro, “Relação de varias Raizes, e algumas couzas medicinaes, que remete ao Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Martinho de Mello, e Castro o Governador dos Rios de Senna Antonio de Mello, e Castro”, 14 de Junho de 1785, AHU, Moç., cx. 49, doc. 64.